



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PODER LEGISLATIVO
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

2ª COMISSÃO PERMANENTE
Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação

Projeto de Lei de Autoria: Vereador Sérgio Pereira – PP

EMENTA: *INSTITUI O DIA DO CICLISTA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.*

1. RELATÓRIO

Vem a esta **2ª Comissão Permanente de Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**, através da Mesa Diretora, para análise e emissão de parecer acerca da legalidade de **Projeto de Lei/Processo nº 2482/2025**, de autoria do **Ver. Sérgio Pereira**, instituindo o Dia Municipal do Ciclista no Calendário Oficial do Município de Santarém, a ser celebrado no dia 15 de maio.

Na justificativa, em síntese, o autor evidencia o ciclismo como prática esportiva benéfica à saúde, além de mencionar que a escolha da data se justifica pelo movimento Maio amarelo, marcado pela promoção de ações de conscientização para redução de sinistros de trânsito.

Nesta Casa, a matéria recebeu parecer favorável da **3ª Comissão Permanente**.

É o sucinto relatório.

2. PARECER DO RELATOR

2.1- Do ponto de vista legal, a propositura em questão não parece encontrar óbices, visto que é competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme a Constituição Federal (art. 30, I e II, CF/88)¹. A norma local, aliás, não impõe reserva de iniciativa para matérias análogas, evidenciando o tema como competência legislativa comum.

2.2- Outrossim, a Lei Orgânica direciona a atuação da Municipalidade a valorizar o desporto (arts. 7º, XIV; 119; 121, LOM)², preceito que guarda simetria com as Constituições Federal (art. 217, II e IV, CF/88)³ e Estadual (arts. 17, IX; 288, I, CE/PA)⁴, que também estabelecem o dever estatal de incentivo ao esporte.

¹ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 7º No exercício de sua autonomia, ao Município compete, especificamente:

XIV - realizar programas de apoio às práticas desportivas;

[...]

Art. 119. Cabe ao Município apoiar e incrementar a práticas desportivas na comunidade.

Parágrafo único. O Desporto Municipal será supervisionado pela Secretaria Municipal pertinente.

[...]

Art. 121. Fica o Município obrigado a executar as disposições inseridas nos artigos 217, da Constituição Federal, e 288, da Constituição Estadual, alusivas à práticas dos desportos.

³ CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

⁴ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Art. 17. É competência comum do Estado e dos Municípios, com a União:

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; [sic]



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PODER LEGISLATIVO
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

2.3- De outro mote, quanto à questão da iniciativa parlamentar da proposta, frise-se que não há impedimento algum a que datas comemorativas sejam informadas por objetivos ou princípios, contanto que não obriguem, de forma imprópria, o Poder Executivo.

2.4- Ocorre que a proposição em tela se limita a instituir data comemorativa em âmbito municipal, trazendo, para tal, obrigações de ordem “genérica” ou de mera “inspiração” ao evento. Logo, uma vez que a propositura em tela não enseja modificações ou inovações na estrutura da Administração, bem como não adentra pormenores relacionados à execução da norma, inexistente vício de iniciativa.

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está apto a ser **aprovado** por esta **2ª COMISSÃO PERMANENTE**, vez que a matéria se mostra de interesse geral e inexistente óbice que inviabilize sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete do Ver. Elielton Lira, em 15 de setembro de 2025.

Ver. ELIELTON LIRA – PDT
Relator

[...]

Art. 288. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados os preceitos do artigo 217 da Constituição Federal e mais os seguintes:

I - incentivo ao desporto escolar, ao lazer e às atividades desportivas comunitárias, definindo, através de seu órgão competente, normas disciplinadoras para sua organização e funcionamento;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PODER LEGISLATIVO
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

2ª COMISSÃO PERMANENTE
Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante dos fatos, os membros infra-assinados desta **2ª COMISSÃO PERMANENTE** opinam pelo **PROSSEGUIMENTO** da presente proposta, posto atender aos preceitos legais e regimentais.

Sala das Sessões, Plenário do Palácio Tapajós, em 15 de setembro de 2025.

Ver. ELIELTON LIRA – PDT
Membro/Relator

Ver. ERLON ROCHA – MDB
Presidente

Ver. ERASMO MAIA – UNIÃO
Membro

Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD
Membro

Ver. GERLANDE CASTRO – PP
Membro